

## Congresso

Diretoras do nosso sindicato participaram de Congresso da Feespmesp

Pág. 2



## Jornada

A luta pelas 30 horas na saúde continua no Congresso Nacional

Pág. 3



## Clube

Festas, eventos e inauguração do novo espaço administrativo agitaram o Clube do Lago.

Pág. 4



# O Servidor

[www.sspm.org.br](http://www.sspm.org.br)



ANO 08 - Nº 36 - AGOSTO/2014 - BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO

## Participe do **Plebiscito** da Reforma **Política**

Uma urna para recolher seu voto ficará fixa na sede do nosso Sindicato das 8h às 18h do dia 01 à 05 de Setembro e uma segunda urna percorrerá os locais de trabalho. Mais informações ligue (17) 3214-9690.

pág.03



## QUAL A PIOR ESCOLHA?

Uma Cesta Básica sem saber a qualidade ou um Cartão Alimentação sem saber onde usá-lo...

pág.02



## ■ PALAVRA DA PRESIDENTE - DÊLA BROGNARO

A discussão da participação da mulher na política é uma forma de contribuir com a luta pela superação das desigualdades de gênero. A história nos mostra que só através da organização e engajamento nas lutas é que as mulheres tiveram conquistas de direitos essenciais, como acesso à educação, direito de votar e ser votada, dentre outros.



esse quadro necessitamos urgentemente discutir o papel da mulher na nossa sociedade. O lugar da mulher também é nos centros de decisão do país, não cabe mais só o papel de esposa, mãe e dona de casa, como foi num longo período da nossa história.

Temos a necessidade de ocupar espaços e garantir a representatividade feminina, construir

A tripla jornada de trabalho das mulheres e o caráter machista da nossa sociedade são alguns dos exemplos que deixam as mulheres em situação de exclusão e para mudar

uma sociedade justa e democrática, onde as mulheres decidam sobre assuntos importantes, como melhorar a qualidade de vida e seu papel na sociedade.

## Concursos de 1996 e 2003 são questionados pela Justiça

Tivemos a surpresa de saber da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria Geral questionando a legalidade das Leis Complementares 60/96 e 170/03 que criaram cargos do concurso realizado em 1996 e 2003, e foram ocupados por servidores que prestaram concurso público para preenchimento do mesmo. Informamos que o Nosso Sindicato, embora não possa tecnicamente intervir diretamente na ação, estará acompanhando a ação de perto e tomará toda e qualquer providência possível no âmbito jurídico e social para evitar que os servidores que foram empossados de boa fé e legalmente nos mencionados cargos sejam exonerados.

A nossa assessoria jurídica está analisando a ação, mas entendemos que existe uma grande possibilidade de que a mesma seja improcedente, uma vez que os cargos em questão trazem na sua própria denominação a presunção de sua atribuição, além de que foram preenchidos por concurso público regular há mais de uma década, sendo que o Procurador Geral está se apegando a um fator exclusivamente técnico/jurídico, porém os julgamentos devem sempre priorizar a função social da Lei e o bem estar comum. Acompanhamos a reunião convocada para o dia 21 de agosto pela Prefeitura Municipal, onde passaram maiores explicações sobre essa ação e a saída escolhida pelos procuradores do município foi encaminhar para a Câmara Municipal, um projeto de lei complementar estabelecendo as atribuições desses cargos e empregos.

## Cartão alimentação? OU Cesta básica?

Depois da batalha para que nossa reivindicação do cartão alimentação no valor de R\$ 200,00 fosse atendido, o senhor prefeito municipal sancionou a lei do vereador Fábio Marcondes, que nos concede a opção entre a cesta básica estragada e um ticket no mesmo valor de licitação da cesta que hoje é de R\$ 97,75, e este valor poderá até ser menor, isso irá depender do próximo processo licitatório.

No último dia de julho foi publicado um decreto dando apenas quinze dias para que os servidores optassem entre uma cesta básica que hoje é "podre" ou um cartão alimentação que não sabemos nem o valor e qual a rede credenciada.

Será que vai realmente facilitar a nossa vida ou nos deixar refém de um ou dois locais para comprarmos nossos alimentos?

Entendemos que o justo seria cartão alimentação no valor mínimo de R\$ 200,00 e mais a criação de uma lei concedendo reajuste anual baseado na inflação dos itens alimentícios.

Como continuamos com a mesma cesta com produtos estragados, apresentamos uma denúncia junto ao Ministério Público e já foi instaurado inquérito civil para verificar se estas irregularidades estão indicando prática de prejuízo ao Erário Público.

Em outras palavras, a administração municipal, ao pagar por cestas básicas que estão com feijão com vencimento alterado, produtos estragados e que não cumprem suas finalidades básicas, está jogando dinheiro público para o ralo.

## Sindicato participa do 3º Congresso de Mulheres Sindicalistas da Fespmesp

Aconteceu nos dias 04, 05 e 06 de agosto em Tatuí o 3º Congresso de Mulheres Sindicalistas que teve como tema central a discussão da participação das mulheres na política e políticas públicas voltadas para as mulheres.

A saúde para as mulheres e a luta pelo fim da violência doméstica foram os temas mais debatidos durante o congresso.

Na área da saúde foram discutidas doenças como: câncer do colo do útero, o HPV, a inclusão da vacina de prevenção do câncer na rede pública e informações de como procurar tratamento especializado para mulheres.

Na discussão sobre violência doméstica, a Lei Maria da Penha traz um programa de proteção geral para as mulheres, mas ainda temos muito para avançar. Foi defendido a criação de uma Rede de Proteção as Mulheres: com delegacias e instituições de defesa para vítimas de violência doméstica a serem constituídas no maior número possível de municípios.

O Governo Federal através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres criou o Ligue 180, uma central de atendimento para denúncia de violência contra as mulheres, onde qualquer pessoa pode e deve denunciar de forma anônima.

### EXPEDIENTE

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM) -

Av. Duque de Caxias, 3756 - Pq. da Represa - Fone/Fax: 3214-9690

E-mail: recepcao@sspm.org.br - Site: www.sspm.org.br

**Servidor Público,**  
**Com o Empréstimo Consignado ALFA,**  
**realizar pode ser tão fácil quanto sonhar!**

- Taxas a partir de **0,89% a.m.**
- Prazo de até **96 meses**
- Compra de dívida de outros bancos;
- Sem necessidade de abertura de conta-corrente
- Atendimento personalizado:

➔ **Rodrigo Escolano: (17)3014-2356 / (17)9.9196-6261**  
Av. Alberto Andaló, 3123 - São José do Rio Preto (próximo a Prefeitura)

**ALFA FINANCEIRA**

**MAIS SEGURANÇA NA VIDA DO SERVIDOR**

**VERTCON**  
Clube de Seguros

Informações: Sede do Sindicato pelo telefone: (17) 3214-9690

## Plebiscito Popular – A luta por uma nova constituinte

Plebiscito é uma consulta na qual os cidadãos podem votar, para aprovar ou não uma questão. De acordo com as leis brasileiras somente o Congresso Nacional pode convocar um Plebiscito. Apesar disso, desde o ano 2000, os Movimentos Sociais brasileiros começaram a organizar Plebiscitos Populares sobre temas diversos, em que qualquer pessoa, independente do sexo, da idade ou da religião, pode trabalhar para que ele seja realizado, organizando grupos em seus bairros, escolas, universidades, igrejas, sindicatos, para dialogar com a população sobre um determinado tema e coletar votos.

O Plebiscito Popular permite que milhões de brasileiros expressem a sua vontade política e pressionem os poderes públicos a seguir a vontade da maioria do povo.

Nos meses de junho e julho de 2013 milhões de brasileiros foram às ruas para lutar por melhores condições de vida, inicialmente a luta foi em torno do valor do transporte coletivo, mas posteriormente ficou claro que a população queria mais: saúde, segurança pública, educação e uma reforma política verdadeira.

Por conta disso e dos pedidos que não foram atendidos, buscamos agora uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, para tanto faremos uma grande mobilização para o recolhimento de assinaturas durante a semana da Pátria, do dia 1º a 07 de setembro deste ano.

Para solucionar todos esses problemas fundamentais da nossa sociedade, precisamos mudar “as regras do jogo”, mudar o Sistema Político Brasileiro. E isso só será possível se a voz dos milhões que foram as ruas em 2013 for ouvida. Como não esperamos que esse Congresso “abra seus ouvidos” partimos para a ação, organizando um Plebiscito Popular que luta por uma Assembleia Constituinte, que será exclusivamente eleita e terá poder soberano para mudar o Sistema Político Brasileiro, pois somente através dessa mudança será possível alcançarmos a resolução de tantos outros problemas que afligem nosso povo.

Em nosso sindicato teremos uma urna fixa para quem quiser votar. Participe e Responda à pergunta: Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político?

### O que é uma Constituinte?

É a realização de uma assembleia de deputados eleitos pelo povo para modificar a economia e a política do País e definir as regras, instituições e o funcionamento das instituições de um Estado como o governo, o Congresso e o Judiciário, por exemplo. Suas decisões resultam em uma Constituição. A do Brasil é de 1988.

## Luta pelas 30 horas continua

São 14 anos de luta junto ao Congresso Nacional para garantir a redução da jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. O Projeto de Lei (PL) 2.295/2000, que fixa em 30 horas a carga de trabalho das categorias, continua aguardando deliberação dos parlamentares. A expectativa é que o tema volte à pauta do Plenário no próximo esforço concentrado, marcado para a primeira semana de setembro.

A Enfermagem, predominantemente exercida por mulheres, enfrenta dupla ou tripla jornada laboral, comprometendo a saúde deste trabalhador, aumentando o desgaste físico, psicológico, emocional, e assim, acarretando doenças ocupacionais e aumento de acidentes, expondo o usuário/cliente a graves riscos e danos por vezes irreparáveis.

A jornada de trabalho de 30 horas é recomendada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) da Organização das Nações Unidas, da 2ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para saúde, da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho ao reconhecer que os trabalhadores em saúde convivem com situações extremas de sofrimento e exposição a ambientes insalubres.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José do Rio Preto e Região enviou através de correio eletrônico uma mensagem a todos os Deputados Federais solicitando que votem favoráveis ao Projeto. Esta solicitação de apoio aos nobres Deputados se faz necessária por ser uma causa muito justa e uma reivindicação muito antiga de todos os Sindicatos de Servidores Municipais.

Esperemos que esta votação aconteça o mais rápido possível, pois só assim teremos a prestação de serviços na área de saúde com mais qualidade.



## Plano Municipal de Educação exige debate local

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) os estados e municípios terão que iniciar a discussão, elaboração e implantação do Plano Municipal de Educação para o decênio de 2014 a 2024.

A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 criou o PNE que traz o desafio de construir os planos de acordo com as metas estabelecidas, com coerência, articulados e integrados. “O objetivo maior é a garantia constitucional do direito à educação, com equidade e valorização das diversidades que compõem a riqueza social e cultural do nosso país”.

Para a elaboração dos Planos Municipais de Educação temos que ter o envolvimento de todos, sociedade civil organizada e governo, Através do site <http://pne.mec.gov.br> é possível acessar o material de apoio para orientação das ações de planejamento para a elaboração dos Planos que é “Planejando a próxima década, alinhando os planos de educação”.

No caderno de orientações para construir o Plano Municipal de Educação, estão contidas todas as etapas para começar este processo de discussão.

O Conselho Municipal de Educação está se organizando para dar início, esperamos que o mesmo aconteça com a Secretaria Municipal de Educação, que de maneira democrática e participativa convoque as instituições organizadas para montar um Fórum ou Grupo de trabalho com a participação de pais, estudantes, trabalhadores e gestores para juntos construirmos nosso Plano Municipal.

A lei nº 6454/96 que cria o Conselho Municipal de Educação coloca como atribuição do Conselho a elaboração do Plano Municipal de Educação e a Lei nº 8053/00 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação coloca que é da competência do poder público municipal em regime de colaboração com o Estado e com a união elaborar o plano municipal de educação.





O servidor Silvio César Marin (Departamento de Fiscalização do Comércio) ao lado da esposa Patrícia comemorou o aniversário de 5 anos de sua linda filha Ana Gabrielle. A festa foi no dia 27 de junho.



A servidora Sidney Aparecida Campello e suas lindas filhas Ellen e Carla festejaram juntas a passagem de mais uma primavera delas. A festa foi no dia 27 de julho.

Fotos: Camila Buck e Sérgio Sampaio



A servidora Ana Jovita dos Santos (E.M. Alzira Rollemberg) comemorou junto com seus filhos e netos o aniversário do seu esposo Jesus Benedito. A Festa foi no dia 16 de Agosto.

# Inauguração do novo espaço administrativo



## ARRAIÁ DO SERVIDOR



A Diretoria agradece aos colaboradores que doaram os prêmios desse ano: Bradesco, Caixa Econômica Federal, Vertcon Seguros, Alfa Financeira, Unimed, Sestini Seguradora e CDA.